MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 38.893 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

IMPTE.(S) : Uniao Nacional dos Estudantes e

Outro(A/S)

ADV.(A/S) : FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO:

Vistos.

Cuida-se de mandado de segurança coletivo, com pedido de tutela de urgência, impetrado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) contra ato do Presidente da República consubstanciado no Decreto nº 11.269/2022, em especial a disciplina do art. 14 e do art. 16, §§ 1º e 2º, alegando-se que a medida "zerou" a verba do MEC disponível para gastos considerados 'não obrigatórios', tais como bolsas estudantis, o que impede com que a CAPES realize o pagamento de bolsas de mais de 100 mil estudantes".

Aduz-se, em síntese, que "a CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação" que "tem por finalidade subsidiar o MEC para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, especialmente com políticas para pós-graduação"; sendo os pagamentos feitos a título de bolsa de estudos aos estudantes "contrapartida pela realização de pesquisas e incremento do desenvolvimento do conhecimento no país".

Nesse contexto, as impetrantes defendem que o Decreto nº 11.269/2022, ao inviabilizar o pagamento das bolsas estudantis concedidas pela CAPES - fato reconhecido pela própria entidade em ato público - configura abuso de poder e ilicitude, porquanto violador de direito adquirido de milhares de estudantes. No ponto, argumentam:

"A CAPES é mera executora das políticas impostas pelo Governo Federal. Desse modo, o ato de 'zerar' despesas não necessárias para o mês de dezembro de 2022 configura conduta ilícita que impedira diretamente a CAPES de fazer pagamento das bolsas dos estudantes já contemplados.

Acontece que, a partir do momento que o estudante celebra contrato de Termo de Compromisso com a CAPES, passa ele a fazer jus ao percebimento de bolsa de estudo enquanto ele preencher todos os requisitos o Termo firmado.

[...]

Quanto à onerosidade prevista no Termo de Compromisso, a exigência de dedicação exclusiva ou, em alguns casos, quase exclusiva (casos em que, por exemplo, só se pode acumular a bolsa com trabalhos de até 12 horas, com aprovação do orientador e que tenham a ver com o projeto de pesquisa) revelam uma evidente limitação que só se justifica pela certeza da bolsa e pela sua natureza alimentícia.

Diante dessa condição onerosa, as Impetrantes requerem que seja reconhecida, por analogia à regra do Direito Tributário que trata da "isenção onerosa", a impossibilidade de se suprimir livremente o pagamento das bolsas por motivo de conveniência e oportunidade. Afinal, as contrapartidas exigidas dos alunos (no Termo de Compromisso para a concessão da bolsa) equivalem às contrapartidas impostas aos contribuintes no tocante ao benefício da isenção tributária.

[...]

Por analogia, consequentemente, o Estado também não pode suprimir livremente o benefício das bolsas CAPES justamente porque ele também impõe, como indicado acima, uma série de ônus ao estudante beneficiário. Tanto que, muitas vezes, o aluno bolsista acaba até mesmo abrindo mão de

MS 38893 MC / DF

oportunidades profissionais mais bem remuneradas porque possuem expectativa de continuidade das bolsas, mediante o cumprimento das contrapartidas que, ao serem observadas, impedem a supressão das bolsas por motivo de conveniência e oportunidade do Estado."

A UNE, a ANPG e a UBES ponderam que há, na disciplina constitucional, instrumentos para "REMANEJAMENTO DE RECURSOS PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE DAS PESSOAS BOLSISTAS E EVITAR O DANO IRREPARÁVEL DE DESCONTINUIDADE DAS PESQUISAS E DO SERVIÇO PRESTADO PELA RESIDÊNCIA MÉDICA".

Requerem que seja deferida tutela de urgência "para que se determine o sobrestamento do trecho do Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, que 'zera' o pagamento das despesas não necessárias para o mês de dezembro de 2022, em relação às bolsas já concedidas pelas CAPES e em pleno vigor" ou que "seja determinada a obrigação de fazer consistente no pagamento das bolsas já concedidas pelas CAPES e em pleno vigor, para o mês de dezembro de 2022".

No mérito, pedem que seja concedida a ordem, declarando-se

"a ilegalidade do trecho do Decreto n° 11.269, de 30 de novembro de 2022, em relação às bolsas já concedidas pelas CAPES e em pleno vigor, bem como que se garanta a obrigação de fazer consistente no pagamento das bolsas já concedidas pelas CAPES e em pleno vigor, para o mês de dezembro de 2022, por configurar direito adquirido".

Notifique-se a **autoridade apontada como coatora**, **para que preste informações prévias** acerca do alegado na inicial (cuja cópia deverá acompanhar a missiva), **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**.

Dada a relevância do tema e considerando que o debate dos autos

MS 38893 MC / DF

envolve diretamente a atuação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), notifique-se a entidade para que, querendo, apresente informações nos autos, em prazo concomitante de 72 (setenta e duas) horas.

Após, venham-me os autos conclusos para apreciação do pedido liminar.

Publique-se.

Brasília, 7 de dezembro de 2022.

Ministro DIAS TOFFOLI Relator Documento assinado digitalmente